Dezembro de 1894, com fundamento nos artigos 1.º, 2.º e 3.º do decreto n.º 1:108, de 27 de Novembro, publicado em 4 de Dezembro de 1914, que alargou os quadros do corpo de Polícia Civil do Pôrto ao abrigo da lei n.º 275 de 8 de Agosto, último:

Hei por bem determinar, ouvido o Conselho de Ministros, que no Ministério das Finanças seja aberto a favor do Ministério do Interior um crédito especial, devidamente registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, da quantia de 6.587\$20, importância indispensável para ocorrer durante o actual ano económico ao completo pagamento dos vencimentos do pessoal de que ficou composto e à aquisição do armamento e material do serviço policial assim melhorado, devendo, para esse efeito, ser reforçada com 4.587\$20 a dotação do artigo 7.º e com 2.000\$ a do artigo 11.º do capítulo 3.º do orçamento do Ministério do Interior para o ano económico corrente, sob a rubrica «Polícia Civil do Pôrto».

Nos termos da alínea a) do n.º 2.º do artigo 6.º do decreto-lei de 11 de Abril de 1911, o Conselho Superior da Administração Financeira do Estado declarou este crédito nas condições legais de ser decretado.

O Presidente do Ministério e Ministro da Guerra e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicadô em 31 de Março de 1915.— *Manuel de Arriaga—Joaquim Pereira Pimenta de Castro—Pedro Gomes Teixeira—Guilherme Alves Moreira—José Jerónimo Rodrigues Monteiro—José Joaquim Xavier*

de Brito—Teófilo José da Trindade—José Nunes da Ponte—José Maria Teixeira Guimarães—Manuel Goulart de Medeiros.

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Direcção Geral de Obras Públicas e Minas

Repartição de Obras Públicas

PORTARIA N.º 333

Não se achando ainda regulamentada a lei n.º 296, de 22 de Janeiro último, e atendendo às representações apresentadas pelas classes operárias da construção civil: manda o Governo da República Portuguesa prorrogar, até a regulamentação da mesma lei, o horário que vigora de Outubro a Março nas obras da construção civil do Estado, em Lisboa, adoptando-se até então o mesmo horário nos demais serviços de obras públicas, dependentes do Ministério do Fomento, e bem assim recomendar que os chefes de serviços de obras públicas tenham em atenção a conveniência de dispor os trabalhos de construção civil de forma a serem, quanto possível, executados por pequenas empreitadas e tarefas.

Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 31 de Março de 1915.— O Ministro do Fomento, *José Nunes da Ponte.*

Para o Engenheiro Director das Obras Públicas e Minas.